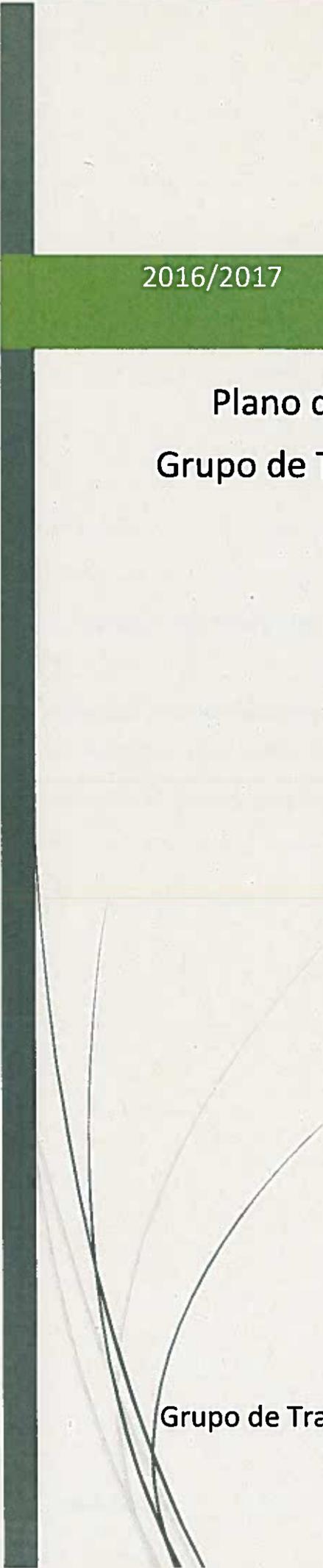




2016/2017

Plano de Ação e Relatório Anual – 2016/17
Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para a
Sustentabilidade (GTEAS)



Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para a Sustentabilidade

Índice

| | | |
|------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 4 |
| 2 | ENQUADRAMENTO | 5 |
| 3 | CONTEXTO INSTITUCIONAL..... | 7 |
| 3.1 | <i>Direção-Geral da Educação</i> | 7 |
| 3.2 | <i>Agência Portuguesa do Ambiente</i> | 8 |
| 3.3 | <i>Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF)</i> | 9 |
| 3.4 | <i>Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE)</i> | 10 |
| 4 | PLANO DE AÇÃO DO GTEAS..... | 11 |
| 5 | Rede de docentes em Mobilidade | 16 |
| 6 | RELATÓRIO DE ATIVIDADES..... | 18 |
| 6.1. | Participar nas ações desenvolvidas no âmbito das efemérides visando a implementação dos objetivos da EDS..... | 18 |
| 6.2. | Apoiar a realização e a promoção de projetos a nível Internacional, nacional, regional e local, de EAS, que envolvam autarquias, associações empresariais, ONG e outras entidades . | 18 |
| 6.3. | Contribuir para a implementação de Estratégias Nacionais com enfoque na Educação para o Desenvolvimento Sustentável..... | 22 |
| 7 | CONCLUSÕES..... | 29 |

Autores:

António Proença | DGEstE

Francisco Teixeira | APA

Isaura Vieira | DGE

Lurdes Soares | APA

Teresa Larsson | ICNF

Sílvia Castro | DGE

1 INTRODUÇÃO

O Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (GTEAS), criado pelo Despacho Conjunto n.º 19191/2009, dos Secretário de Estado Adjunto e da Educação e do Secretário de Estado do Ambiente, tem por missão o acompanhamento e a concretização das ações previstas no protocolo de cooperação estabelecido entre as tutelas da Educação e do Ambiente.

O Grupo de Trabalho é composto por dois representantes da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Francisco Teixeira e Lurdes Soares, duas representantes da Direção-Geral da Educação (DGE), Sílvia Castro e Isaura Vieira, uma representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Teresa Larsson e um representante da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), António Proença. A coordenação está a cargo de um representante da APA e um representante da DGE.

O Grupo de Trabalho deve submeter à aprovação das respetivas tutelas a proposta de plano de ação anual e o respetivo relatório anual de ação, tarefa que se pretende assumir com o presente documento.

Para elaboração deste documento, na sua forma final, optou-se por incluir o Plano de Ação e Relatório. Tal opção deveu-se a dificuldades de agenda entre os diversos organismos que integram este grupo de trabalho, fruto das múltiplas prioridades de cada um dos organismos.

Apesar destes constrangimentos, sem perder o pressuposto para o qual o GTEAS foi constituído, o acompanhamento das atividades neste domínio, presentes no plano de ação do grupo, designadamente dos docentes em mobilidade e demais projetos em que as entidades que constituem o GTEAS são parceiras, foi garantido desde o início do ano letivo de 2016/2017.

De destacar igualmente o envolvimento na elaboração do Referencial para a Educação Ambiental para a Sustentabilidade, cujo grupo de trabalho (GTREAS) tem em comum a maioria dos elementos do GTEAS, bem como a elaboração, discussão pública, aprovação e apresentação em várias sessões públicas da Estratégia Nacional para a Educação Ambiental (ENEA 2020)

2 ENQUADRAMENTO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, fixados na cimeira da ONU, que decorreu em Nova Iorque de 25 a 27 de Setembro de 2015, fornecem uma nova agenda até 2030, que permitirá criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

Neste contexto, o nosso país tem vindo a desenvolver na área da educação ambiental para a sustentabilidade um conjunto de ações com vista a contribuir para a consciencialização das nossas crianças e jovens para as questões relacionadas com o ambiente, numa perspetiva de educação ambiental para a sustentabilidade.

A educação e a cidadania ambiental visam promover o exercício de boas práticas ambientais e a participação pública proporcionando à população a aquisição de conhecimentos e capacidades que lhe permitam intervir, individual e coletivamente, na prevenção e resolução dos problemas ambientais.

Os Ministérios que tutelam a Educação e o Ambiente celebraram, em 1996, um protocolo de cooperação que se constituiu como um importante instrumento de promoção da educação ambiental em Portugal e se concretizou, através de diversas parcerias, em múltiplos Programas bem como na criação de uma rede de professores com competências técnico-pedagógicas para a coordenação e dinamização de projetos desenvolvidos em articulação com as ONGA ou ancorados em equipamentos de educação ambiental.

Em dezembro de 2005, foi celebrado novo Protocolo de Cooperação entre os Ministérios que tutelam a educação e o ambiente, reforçando o trabalho articulado entre ambos.

Estes Protocolos deram origem a uma Rede de Professores Coordenadores de Projetos de Educação Ambiental, atualmente constituída por um grupo de sete professores.

Os docentes requisitados são interlocutores privilegiados das estratégias nacionais e internacionais, neste domínio, afirmando-se como promotores decisivos de uma cidadania ativa no contexto das comunidades escolares.

A bolsa de docentes, abrangida pela continuidade destes protocolos, permitiu, ao longo dos últimos anos, a difusão de práticas inovadoras na realização de projetos de educação ambiental, consubstanciados em parcerias entre as escolas, o poder local, as organizações não-governamentais e outras entidades de âmbito local e regional e nacional, sob a coordenação e/ou acompanhamento dos profissionais da educação e de especialistas na área do ambiente.

É de salientar ainda o contributo desta iniciativa para a formação de professores de diversos níveis de educação e de ensino em temáticas ligadas à Educação para a Sustentabilidade, bem como, para o alargamento da educação ambiental aos cidadãos em geral, através de um trabalho de intervenção e dinamização local, regional e nacional.

A adoção de uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA 2020), para o período 2017-2020 será um compromisso para a consolidação da prática de EA proposto pelo Ministério do Ambiente e a que se juntou o Ministério da Educação visando a apresentação e discussão com diferentes parceiros em consulta pública, para posterior aprovação em Conselho de Ministros.

A ENEA 2020 apresenta, como princípios orientadores: Educar tendo em conta o contexto internacional; Educar para capacitar uma sociedade mais interventiva face aos desafios ambientais; Educar tendo em conta a experiência nacional; Educar para a sustentabilidade e Educar para uma cidadania interveniente implicando toda a sociedade.

Com a finalidade de promover a Educação Ambiental para a Sustentabilidade nas escolas, tem vindo a ser elaborado o Referencial de Educação para a Sustentabilidade, sob coordenação da DGE em parceria com várias instituições, algumas das quais integram o GTEAS, o qual se constitui como um documento orientador para os docentes e de apoio à ação educativa na consciencialização da sociedade sobre a importância da Sustentabilidade.

3 CONTEXTO INSTITUCIONAL

3.1 DIREÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO

A Direção-Geral da Educação, cuja orgânica foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 14/2012, de 20 de janeiro, na sua redação atual, é o serviço central da administração direta do Estado de execução das políticas relativas às componentes pedagógica e didática da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e da educação extraescolar e de apoio técnico à sua formulação, incidindo, sobretudo, nas áreas do desenvolvimento curricular, dos instrumentos de ensino e avaliação e dos apoios e complementos educativos.

Neste âmbito, a DGE é o organismo central do Ministério de Educação responsável pelas áreas de orientação e coordenação no âmbito curricular, cujas competências assumem expressão a nível do desenvolvimento do currículo, orientação e produção de materiais de apoio, que se mostrem pertinentes à execução dos objetivos curriculares definidos para o sistema de ensino.

No que se refere à educação ambiental para a sustentabilidade, num contexto mais lato da educação para a cidadania, compete à DGE garantir que esta área tenha expressão no currículo e que os projetos de educação ambiental para a sustentabilidade desenvolvidos com as escolas se articulem de forma coerente com o mesmo e com os objetivos curriculares definidos para o sistema de ensino.

No contexto da Educação para a Cidadania, a Direção-Geral da Educação (DGE) tem vindo a elaborar, em colaboração com outros organismos e instituições públicas e com diversos parceiros da sociedade civil, documentos que se poderão constituir como Referenciais na abordagem das diferentes dimensões de cidadania, incluindo o Referencial da Educação Ambiental para a Sustentabilidade. Este encontra-se em fase de discussão pública.

3.2 AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

A Lei nº 19/2014, 14 de abril que define as Bases da Política do Ambiente (Capítulo I, artigo 4.º), nos seus Princípios das políticas públicas ambientais, Princípios das políticas públicas ambientais estipula “d) Da educação ambiental, que obriga a políticas pedagógicas viradas para a tomada de consciência ambiental, apostando na educação para o desenvolvimento sustentável e dotando os cidadãos de competências ambientais num processo contínuo, que promove a cidadania participativa e apela à responsabilização, designadamente através do voluntariado e do mecenato ambiental, tendo em vista a proteção e a melhoria do ambiente em toda a sua dimensão humana;

e) Da informação e da participação, que obrigam ao envolvimento dos cidadãos nas políticas ambientais, privilegiando a divulgação e a partilha de dados e estudos, a adoção de ações de monitorização das políticas, o fomento de uma cultura de transparência e de responsabilidade, na busca de um elevado grau de respeito dos valores ambientais pela comunidade, ao mesmo tempo que assegura aos cidadãos o direito pleno de intervir na elaboração e no acompanhamento da aplicação das políticas ambientais.

No seu artigo 6º estipula “ Artigo 6.º Direitos procedimentais em matéria de ambiente

1. Todos gozam dos direitos de intervenção e de participação nos procedimentos administrativos relativos ao ambiente, nos termos legalmente estabelecidos.
2. Em especial, os referidos direitos procedimentais incluem, nomeadamente:
 - a) *O direito de participação dos cidadãos, das associações não-governamentais e dos demais agentes interessados, em matéria de ambiente, na adoção das decisões relativas a procedimentos de autorização ou referentes a atividades que possam ter impactes ambientais significativos, bem como na preparação de planos e programas ambientais.*

A APA prevê nos seus Estatutos (portaria nº 108/2013, de 15 de março) um Departamento onde as temáticas da educação ambiental, da comunicação e formação, da participação pública e do acompanhamento às ONGA estão em destaque.

3.3 INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P. (ICNF)

Sucedendo-se por fusão ao Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade e à Autoridade Florestal Nacional (Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho), inclui na sua missão propor, acompanhar e assegurar a execução das políticas de conservação da natureza e das florestas, visando a conservação, a utilização sustentável, a valorização, a fruição e o reconhecimento público do património natural, promovendo o desenvolvimento sustentável dos espaços florestais e dos recursos associados.

Nos termos desta missão constam várias atribuições relacionadas com as questões da sensibilização, informação, formação e educação, de que se destaca: “Promover e desenvolver a informação e sensibilização das populações, dos agentes e das organizações na área da conservação da natureza e da biodiversidade e florestas, incrementando a consciencialização coletiva da importância dos valores naturais”.

3.4 DIREÇÃO-GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES (DGESTE)

A Direção geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), cuja estrutura orgânica foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 266-F/2012, de 31 de dezembro, é um serviço central de administração direta do Estado dotada de autonomia administrativa.

A DGEstE dispõe de cinco unidades orgânicas desconcentradas, de âmbito regional, com a designação de Direção de Serviços Região Norte, Direção de Serviços Região Centro, Direção de Serviços Região Lisboa e Vale do Tejo, Direção de Serviços Região Alentejo e Direção de Serviços Região Algarve, sediadas, respetivamente, no Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro.

A DGEstE tem por missão garantir a concretização regional das medidas de administração e o exercício das competências periféricas relativas às atribuições do Ministério da Educação, sem prejuízo das competências dos restantes serviços centrais, assegurando a orientação, a coordenação e o acompanhamento das escolas, promovendo o desenvolvimento da respetiva autonomia, cabendo-lhe ainda a articulação com as autarquias locais, organizações públicas e privadas nos domínios de intervenção no sistema educativo, visando o aprofundamento das interações locais e o apoio ao desenvolvimento das boas práticas na atuação dos agentes locais e regionais da educação, bem como assegurar o serviço jurídico-contencioso decorrente da prossecução da sua missão.

A DGEstE prossegue, entre outras, as seguintes atribuições:

- Assegurar a execução das políticas educativas definidas no âmbito do sistema educativo de forma articulada pelas diversas circunscrições regionais;
- Acompanhar, coordenar e apoiar a organização e funcionamento das escolas e a gestão dos respetivos recursos humanos e materiais, promovendo o desenvolvimento e consolidação da sua autonomia;
- Prestar apoio e informação aos utentes do sistema educativo, em particular aos alunos e encarregados de educação, às entidades e agentes locais;
- Participar no planeamento da rede escolar;
- Assegurar a concretização da política nacional no domínio das instalações e equipamentos escolares;
- Divulgar aos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas as orientações e a informação técnica dos serviços do Ministério da Educação;
- Recolher as informações necessárias à conceção e execução das políticas de educação e formação;
- Acompanhar os procedimentos e as atividades desenvolvidas no âmbito do sistema educativo respeitantes ao controlo da qualidade do ensino;
- Cooperar com outros serviços, organismos e entidades, tendo em vista a realização de ações conjuntas em matéria de educação e formação profissional.

4 PLANO DE AÇÃO DO GTEAS

Nos termos do consignado no Despacho n.º 19191/2009, de 19 de agosto, o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para a Sustentabilidade deve elaborar e submeter à apreciação das respetivas tutelas uma proposta de Plano de Ação Anual. Assim, para o ano 2016/2017, definiram-se como eixos estratégicos para o referido plano:

- Promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal;
- Conceber estratégias para que os educadores introduzam a educação ambiental para a sustentabilidade nas suas práticas pedagógicas;
- Incrementar conteúdos e ações de divulgação e de promoção da educação ambiental e da educação para o desenvolvimento sustentável;
- Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil, através dos projetos desenvolvidos com as escolas;

Com base nos eixos estratégicos foram definidos os objetivos e as ações e respetiva calendarização do plano de atividades que se apresenta no final deste documento em quadro síntese.

Plano de Atividades do GTEAS 2016-17

| Eixos Estratégicos | Objetivos | Parcerias/Entidades/Docente | Ações/Atividades | Calendarização |
|---|---|---|---|----------------------|
| Promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal; | Participar nas ações desenvolvidas no âmbito das efemérides visando a implementação dos princípios da EDS | APA, DGE, DGEstE, CN da UNESCO e ICNF | Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento | 2017 |
| | | | Ano do combate ao desperdício alimentar 2016 | Até ao final de 2016 |
| Conceber estratégias para que os educadores introduzam a educação ambiental para a sustentabilidade nas suas práticas pedagógicas | | ICNF | Organização de um seminário sobre turismo Sustentável | 2017 |
| | | | Desenvolvimento dos planos de ação das diferentes entidades representadas no GTEAS | Ao longo do ano |
| Incrementar conteúdos e ações de divulgação e de promoção da educação ambiental e da educação para o desenvolvimento sustentável; | Apoiar a realização e a promoção de projetos a nível Internacional, nacional, regional e local, de EAS, que envolvam autarquias, associações empresariais, ONG e outras entidades | Projetos/Programas/Representações da responsabilidade de cada entidade que compõe o GTEAS, com ou sem parcerias | Programa "AdaPT" ao abrigo dos EEA Grants: | Ao longo do ano |
| | | | Preparação e disseminação de informação climática, incluindo tendências passadas, novos cenários IPCC e regionalização da informação climática. | |
| Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil, através dos projetos desenvolvidos com as escolas; | | | | |

Plano de Atividades do GTEAS 2016-17

| Eixos Estratégicos | Objetivos | Parcerias/Entidades/ Docente | Ações/Atividades | Calendarização |
|--|--|---|--|--|
| <p>Promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal</p> | <p>Divulgação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável</p> | <p>APA, DGE; DGEstE; ICNF; outras tutelas; sociedade civil</p> | <p>Lançamento e Divulgação da Estratégia Nacional de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (ENEA 2020):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ministério do Ambiente (Lisboa) • Fundação de Serralves (Porto) • Associação Portuguesa das Industrias de Cerâmica (Colimbra) • Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António; • Escola Secundária Dom Manuel Martins (Setúbal) • Cine Teatro Castro Verde (Castro Verde) | <p>Ao longo do ano</p> |
| | <p>Lançamento e Divulgação da Estratégia Nacional de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (ENEA 2020):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ministério do Ambiente (Lisboa) • Fundação de Serralves (Porto) • Associação Portuguesa das Industrias de Cerâmica (Colimbra) • Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António; • Escola Secundária Dom Manuel Martins (Setúbal) • Cine Teatro Castro Verde (Castro Verde) | <p>APA, DGE; DGEstE; ICNF; outras tutelas; sociedade civil</p> | <p>Lançamento e Divulgação da Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2025)</p> | <p>dezembro de 2016 a março de 2017</p> |
| <p>Conceber estratégias para que os educadores introduzam a educação ambiental para a sustentabilidade nas suas práticas pedagógicas</p> <p>Incrementar conteúdos e ações de divulgação e de promoção da educação ambiental e da educação para o desenvolvimento sustentável</p> | <p>Contribuir para a implementação de Estratégias Nacionais com enfoque na Educação para o Desenvolvimento Sustentável</p> | <p>Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza; ICNF DGE, APA, DGEstE</p> | <p>Lançamento e Divulgação da Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2025)</p> | <p>A partir de junho</p> |
| | <p>Elaboração do Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade.</p> <p>Participação no Grupo de Coordenação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, na sua vertente de sensibilização e divulgação;</p> <p>Integração no "Grupo Reporting" para a elaboração de relatórios no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas.</p> <p>Está em elaboração desde o início de 2017 a 7.ª Comunicação Nacional à UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change)</p> <p>Consulta Pública à proposta da ENEA 2020</p> | <p>APA, DGE; DGEstE; ICNF; Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas/ Fundo Português de Carbono</p> | <p>Elaboração do Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade.</p> <p>Participação no Grupo de Coordenação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, na sua vertente de sensibilização e divulgação;</p> <p>Integração no "Grupo Reporting" para a elaboração de relatórios no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas.</p> <p>Está em elaboração desde o início de 2017 a 7.ª Comunicação Nacional à UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change)</p> <p>Consulta Pública à proposta da ENEA 2020</p> | <p>Consulta Pública julho 2017</p> <p>Ao longo do ano</p> <p>Ao longo do ano</p> |
| <p>Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil, através dos projetos desenvolvidos com as escolas</p> | <p>Grupo Reporting"</p> | <p>APA, DGE; DGEstE; ICNF; outras tutelas; sociedade civil</p> <p>ICNF</p> | <p>Consulta Pública ao projeto de revisão da ENCNB 2025</p> | <p>Abril de 2017</p> <p>12 de junho a 30 de setembro</p> |

Pano de Atividades do GTEAS 2016-17 - Quadro síntese

| Eixos Estratégicos | Objetivos | Parcerias/Entidades/ Docente | Ações/Atividades | Calendarização |
|---|---|---|---|--|
| Promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal | | APA, DGE, ICNF, DGEste | Orientar e participar na implementação dos planos de ação EAS e respetivos relatórios dos docentes em mobilidade ao abrigo do protocolo entre as tutelas da educação e do ambiente. | Ao longo do ano |
| Conceber estratégias para que os educadores introduzam a educação ambiental para a sustentabilidade nas suas práticas pedagógicas | Acompanhar e divulgar os projetos anuais dos docentes em mobilidade ao abrigo do protocolo entre as tutelas do ambiente e educação no ano letivo 2016-17, incluindo a participação nas ações aqui discriminadas | APA, DGE, ICNF, DGEste | Exposição de Divulgação dos Projetos de EAS | 2017 |
| | | Margarida Gomes - Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) | Seminário Nacional Eco-Escolas. Ílhavo | 20-22 de Janeiro 2017 |
| | | Joaquim Pinto - Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA) | Prémios Eco-Freguesias XXI, Torres Vedras | 24-03-2017 |
| Incrementar conteúdos e ações de divulgação e de promoção da educação ambiental e da educação para o desenvolvimento sustentável | | | XXIII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental, "Educação Ambiental e Eco cidadania - desafios para comunidades ambientalmente responsáveis", Guimarães | 24-26 de março de 2017 |
| | | | IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, ilha do Príncipe | 17 e 20 julho 2017 |
| | | Lucília Guedes- Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens (FAPAS) | XVIII Jornadas sobre CN e EA P/ Sustentabilidade, Vimioso | 6-7 de Maio 2017 |
| | | | Prémios a Escolas Vencedoras (Conservação da Natureza em contexto Urbano); exposição de trabalhos e outras atividades | 18 de maio - museu Soares dos Reis Porto |

| | | | | |
|--|---|---|--|------------------------------------|
| Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil, através dos projetos desenvolvidos com as escolas | Acompanhar e divulgar os projetos anuais dos docentes em mobilidade ao abrigo do protocolo entre as tutelas do ambiente e educação no ano letivo 2016-17, incluindo a participação nas ações aqui discriminadas | Nuno Sequeira - Associação Nacional de Conservação da Natureza (QUERCUS) | Projeto Green Cork - Workshop Reciclagem Rolhas Cortiça, Sousel | 01-02-2017 |
| | | | Participação em iniciativas de divulgação ambiental nas escolas com diferentes níveis de ensino e a nível nacional | Ao longo do ano |
| | | Carlos Cruz - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) | 7º Festival Internacional de Observação de Aves de Sagres | 30 de setembro a 5 de outubro 2016 |
| | | Carla Pacheco- Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) | Participação em iniciativas de divulgação ambiental nas escolas com diferentes níveis de ensino e a nível nacional | Ao longo do ano |
| | | Jorge Fernandes (LPN) | Ação de Formação de curta duração: A Praia - Um Laboratório ao Ar livre | 1-3-2017, praia da Bafureira |
| | | | Seminário Coastwatch, Oceanário Lisboa | 6-8 de Julho 2017 |
| | | | Seminário: Novos Desafios e Trajetórias - O papel das atividades implementadas fora da escola | 22 de abril Amadora |
| | | | Seminário Floresta e Ambiente: Da Ecologia à Estética e da Educação à Ética. Lisboa | 20 de maio 2017 |

5 REDE DE DOCENTES EM MOBILIDADE

A educação, sensibilização e cidadania ambiental visam promover o exercício de boas práticas ambientais e a participação pública proporcionando à população a aquisição de conhecimentos e competências que lhe permita intervir, individual e coletivamente, na resolução dos problemas ambientais.

Os Protocolos entre as tutelas da educação e do ambiente deram origem a uma Rede de Professores Coordenadores de Projetos de Educação Ambiental que chegou a ser constituída por 23 docentes e atualmente com sete docentes

O trabalho desenvolvido por esta rede de docentes, sobejamente reconhecido, espelha as boas práticas de educação ambiental junto das escolas, dos diferentes níveis de ensino.

Acumulando as vantagens da formação técnica e pedagógica estes docentes têm-se constituído como elos de ligação entre a administração central, a sociedade civil e particularmente, as escolas, onde os projetos têm crescido em quantidade e qualidade, graças também ao incremento da formação e ao incentivo e aumento das competências interpares.

Os docentes requisitados são interlocutores privilegiados das estratégias nacionais e internacionais, neste domínio, afirmando-se como promotores decisivos de uma cidadania ativa no contexto das comunidades escolares.



Fig:1 localização da sede central das ONGA

Em 2016-17 a rede de docentes em mobilidade foi composta por sete docentes alocados em sete ONGA inscritas no RNOE - Registo Nacional de ONGA e Equiparadas - ¹.(Figura 1)

AS ONGA onde os docentes são destacados desenvolvem trabalho com abrangência nacional.

Quatro destas ONGA estão registadas no RNOE como ONGA Nacional (LPN; FAPAS; GEOTA e QUERCUS) e três como sem âmbito (SPEA, ASPEA e ABAE)

¹ <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=142&sub2ref=716>

6 RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ao longo do ano letivo foram diversas as ações desenvolvidas, direta e indiretamente, com as comunidades escolares, pelas instituições que integram o GTEAS. Este Relatório não inclui naturalmente toda a atividade que cada uma das instituições promove e realiza nesta área por si própria. Assim, de uma forma geral, para cada objetivo foram concretizadas as ações/atividades propostas, sendo que algumas destas, pelas suas características poderão ter continuidade no ano letivo 2017-18.

6.1. Participar nas ações desenvolvidas no âmbito das efemérides visando a implementação dos objetivos da EDS

As entidades que compõem o GTEAS e a própria rede de docentes em mobilidade, composta pelos sete docentes em sete ONGA, desenvolveram ao longo do ano letivo inúmeras ações que foram de encontro a este objetivo.

Este ano foi dada especial enfoque aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável definidos pela ONU.

Relativamente ao Ano do Desperdício Alimentar (2016) os diferentes docentes dinamizaram ações de sensibilização para esta temática promovendo uma reflexão e prática de comportamentos mais sustentáveis.

No que diz respeito ao Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, em vigor até final de 2017, os docentes usaram o tema para a organização de jornadas, seminários, debates e palestras.

O ICNF, I. P. realizou 2 comunicações sobre Turismo Sustentável em Áreas Protegidas (*Conferência Turismo Sustentável* a 1 de junho e *Colóquio Sobre o Tema Turismo Sustentável – ECOLABEL da Quercus: Ceres Ecotur/ ECEAT* a 14 de julho).

6.2. Apoiar a realização e a promoção de projetos a nível Internacional, nacional, regional e local, de EAS, que envolvam autarquias, associações empresariais, ONG e outras entidades

As diferentes entidades representadas no GTEAS promoveram ou apoiaram projetos EAS em múltiplas vertentes, de que são exemplo:

▪ PROJETO 80

O Projeto 80, um programa de âmbito nacional de dinamização do movimento associativo nas escolas, tem por objetivo promover a educação para a sustentabilidade, empreendedorismo e a cidadania democrática. Este Projeto é uma iniciativa conjunta da Agência Portuguesa do Ambiente, da Direção-Geral da Educação, da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, do Instituto Português do Desporto e Juventude, da Quercus e do Green Project Awards.

Ao longo de 2016/17 firmaram-se novas parcerias e os parceiros trabalharam com vista a uma nova metodologia de projeto mais dinâmica tendo sempre presente os objetivos subjacentes ao Projeto 80. O Projeto esteve em roadshow pelos 18 distritos de Portugal Continental.



▪ PROGRAMA "ADAPT"

O Programa "AdaPT", ao abrigo dos EEA Grants, foi desenvolvido nos termos estabelecidos no Memorando de Entendimento entre Portugal, Noruega, Islândia e Liechtenstein para apoiar financeiramente a atuação em matéria de "Adaptação às Alterações Climáticas em Portugal".

Na vertente Call "escolas", com um financiamento de 500.000€, o Programa consistiu no desenvolvimento de um projeto-piloto em 22 escolas: "Programa AdaPT - vertente projeto educativo" que incluiu, entre outros, formação de professores, produção de materiais didáticos e desenvolvimento de projetos pelos alunos sobre a temática das alterações climáticas na sua vertente de adaptação.

Foi lançado um concurso público para candidatura a este programa na vertente em cuja avaliação colaborou a APA e a DGE. Consagrou-se vencedora a candidatura “Clima@EduMedia - Alterações climáticas: aprender através dos media escolares”, que tem como entidade promotora a Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Esta entidade desenvolveu o projeto nas escolas piloto no ano letivo de 2014/2015 e no início do ano letivo de 2015/2016.

O Programa culminou com o concurso escolar “Alterações Climáticas” que decorreu até final de dezembro de 2015, cujo Júri a APA e a DGE integraram. O valor global dos prémios atribuídos aos projetos selecionados pelo Júri no Concurso “Alterações Climáticas” foi de 100.000 euros, distribuídos da seguinte forma:

- o Prémio Adaptação (30.000€);
- o Prémio Mitigação (30.000€);
- o Prémio Alterações Climáticas (adaptação e mitigação – 40.000€).

Em 2016 as escolas implementaram os projetos vencedores.

▪ ESCOLA ELETRÃO



A “Escola Electrão” é uma campanha da AMB3E (Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos), que vai na sexta edição, destinada às Escolas do Ensino Básico e Secundário. A campanha conta com o apoio do

Ministério da Educação, através da Direção-Geral da Educação, e da Agência Portuguesa do Ambiente e tem como objetivo sensibilizar e envolver professores, alunos, funcionários, pais e comunidade em geral, para o correto encaminhamento da reciclagem dos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE) e dos resíduos de pilhas e acumuladores portáteis (RPA), através da “Rede Electrão”.

O projeto conta com diversas parcerias, entre elas a Agência Portuguesa do Ambiente e a Direção-Geral da Educação.

▪ PROJETO MISSÃO UP | UNIDOS PELO PLANETA



Projeto educativo promovido pela GALP visando a sensibilização, mudança de comportamentos em matéria de eficiência energética e alterações climáticas para os alunos do 1º ciclo.

A DGE e a APA acompanham o projeto e integram o júri nacional.

Ao longo dos últimos 6 anos a Missão UP conseguiu impactar cerca de 1 milhão de alunos.

A 7ª edição da Missão UP | Unidos pelo Planeta, 2016/17, contou com 1036 escolas

▪ MISSÃO POWER UP



É um Projeto educativo promovido pela GALP visando a sensibilização, mudança de comportamentos em matéria de eficiência energética e alterações climáticas destinado a alunos do segundo e terceiro ciclo do ensino básico.

A DGE e a APA acompanham o projeto e integram o júri nacional.

MISSÃO UP

Em 2016/17, na sua terceira edição, a Missão Power Up, na sua terceira edição, contou com 105 escolas aderentes.

6.3. Contribuir para a implementação de Estratégias Nacionais com enfoque na Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Ao longo do ano quer as entidades que compõem o GTEAS quer a rede de docentes em mobilidade desenvolveram diferentes ações que foram de encontro a este objetivo, de realçar:

6.3.1. Divulgação da Estratégia Nacional da Educação Ambiental 2020

A Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020, após aprofundado processo participativo e envolvendo iniciativas em diferentes regiões e com diversos parceiros setoriais, foi aprovada em conselho de ministros a 8 de junho de 2017.

A apresentação e permuta de contributos para a Estratégia Nacional de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (ENEA 2020) ocorreu, entre outros, nos seguintes locais:

| | Local | Data |
|--------------|--|------------|
| Lisboa | Ministério do Ambiente | 14/12/2016 |
| Porto | Fundação de Serralves | 11/01/2017 |
| Coimbra | Associação Portuguesa das Industrias de Cerâmica | 17/01/2017 |
| Castro Marim | Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António | 1/02/2017 |
| Setúbal | Escola Secundária Dom Manuel Martins | 21/02/2017 |
| Castro Verde | Cineteatro de Castro Verde | 10/03/2017 |

Para além destes momentos de divulgação da ENEA foram ainda promovidos debates específicos em iniciativas de diferentes agentes de EA.

- Seminário Nacional das Eco-Escolas (organização da ABAE com o município de Ílhavo), a 21 de janeiro de 2017,
- workshop “ECO.PME – Economia circular” (organizado pelo Ministério do Ambiente), a 07 de março
- Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental (organização da ASPEA com o município de Guimarães), 24 e 25 de março.

O tema foi também objeto de inúmeras tomadas de posição pública, quer através dos

órgãos de comunicação social, quer das redes sociais.

No período de participação pública, foram recebidas diversas exposições com origem em 49 entidades e particulares. Deste processo participativo resultou um novo documento, mais consolidado, relativo à “Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020” que voltou a ser sujeito a um momento participativo - Consulta Pública.

A Consulta Pública decorreu durante 30 dias úteis, de 13 de março a 24 de maio de 2017, tendo sido rececionadas 35 exposições.

A assunção do documento pelas diferentes áreas governativas permitiu a sua aprovação a 8 de junho de 2017.

A promoção e a supervisão da ENEA 2020 será assegurada pela Agência Portuguesa do Ambiente, em articulação com a Direção-Geral da Educação, de acordo com as diretrizes emanadas pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Educação e do Ambiente. Constituir-se-á ainda uma Rede de Pontos Focais da ENEA 2020, com funções consultivas.

6.3.2. Divulgação da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2025)

A revisão da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade foi apresentada nos seguintes locais:

| TABELA 1 REVISÃO DA ENCNB | | |
|---------------------------|--|------------|
| Local | | Data |
| Alcanena | Centro Ciência Viva do Alviela | 23/06/2017 |
| Évora | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo | 28/06/2017 |
| Gondomar | Biblioteca Municipal | 29/06/2017 |
| Lisboa | Ministério do Ambiente | 12/07/2017 |

A divulgação da ENCNB 2025 foi assegurada pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza, em articulação com o Instituto de Conservação da Natureza e Floresta que é a entidade promotora da consulta pública.

A Consulta Pública iniciou-se a 12 de junho e terminou a 30 de Setembro de 2017, estando registadas, até à data, 12 participações no portal Participa.

6.3.3. Divulgação e dinamização ações/atividades com vista à promoção e divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



As ações/atividades de promoção dos ODS foram dinamizadas quer pelos professores da rede de docentes, no âmbito dos diferentes projetos que coordenam, quer pelas diferentes entidades que compõem o GTEAS.

6.3.4. Integração no “Grupo Reporting” para elaboração das Comunicações Nacionais e Relatório Bianual, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas

Está em elaboração desde o início de 2017 a 7.ª Comunicação Nacional à UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change).

6.3.5. Acompanhar e divulgar os projetos anuais dos docentes em mobilidade ao abrigo do protocolo ME-MA no ano letivo 2016/17

A rede de docentes em mobilidade no ano letivo 2016-17 foi composta por sete elementos em sete Organizações Não-governamentais de Ambiente (ONGA), de âmbito nacional. Desta forma ficou assegurada uma cobertura a nível nacional de docentes dinamizadores de projetos de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (Tabela 2).

TABELA 2 DISTRIBUIÇÃO DE DOCENTES POR ENTIDADE E LOCALIDADE

| Docente | ONGA/Entidade | Localidade (sede) |
|------------------------|--|--------------------------|
| Luíllia Guedes | FAPAS - Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens | Porto |
| Joaquim Pinto | ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental | Aveiro |
| Carla Pacheco | GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente | Paul da Tornada |
| Jorge Fernandes | LPN - Liga para a Proteção da Natureza | Lisboa |
| Margarida Gomes | ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa | Lisboa |
| Nuno Sequeira | Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza | Portalegre |
| Carlos Cruz | SPEA - sociedade portuguesa para o estudo das aves | Évora |

Importa realçar, para além da expressão nacional desta bolsa de docentes, o caráter complementar destes diversos projetos (com metodologias, temas e destinatários diferentes), da notoriedade nacional à fundamental intervenção local, da temática internacional à mediação especializada.

As múltiplas atividades resumidas neste relatório pretendem exemplificar o trabalho pedagógico desenvolvido por estes sete docentes que, ao longo de cada ano letivo e envolvendo as comunidades educativas, população em geral e um vasto leque de entidades, a nível local, regional ou nacional, desenvolvem processos de educação ambiental para a sustentabilidade.

De referir, ainda, que o formato dos planos de atividades e dos relatórios desenvolvidos pelos docentes corrobora a proposta do GTEAS que acompanha a execução do protocolo de cooperação acima mencionado.

Os projetos desenvolvidos por cada docente individualmente não são diretamente comparáveis entre si na medida em que uns têm âmbito nacional e outros possuem vocação local, uns desenvolvem-se em áreas com forte densidade populacional e outros com fraca densidade populacional.

As facilidades de deslocação e o acesso a apoios são óbvias em alguns casos, o que já não se verifica em relação a outros onde as assimetrias litoralização/interioridade são mais acentuadas. Na análise dos projetos desenvolvidos pelos sete docentes importa

salientar o impacto que têm na sua área de atuação, assim como a decisiva vantagem de se complementarem numa lógica de intervenção nacional.

Não obstante estas premissas, a realidade é inequívoca: para cada projeto o número total de alunos atinge o maior peso de participantes, no cômputo geral do projeto (Tabela 3).

| TABELA 3:REDE DE DOCENTES EM NÚMEROS | | | | |
|---|---|---|----------------|-----------------|
| Docentes | Atividades/ações desenvolvidas no terreno pelo docente | Atividades impactadas pelos projetos | Alunos | Docentes |
| Carla Pacheco | 43 | 247 | 18140 | 1522 |
| Carlos Cruz | 160 | 610 | 5456 | 794 |
| Joaquim Pinto | 83 | 875 | 64000 | 2400 |
| Jorge Fernandes | 22 | 25 | 564 | 237 |
| Lucília Guedes | 110 | 4646 | 20000 | 1500 |
| Margarida Gomes | 45 | 38825 | 639307 | 7051 |
| Nuno Sequeira | 255 | 537 | 35274 | 683 |
| TOTAL | 718 | 45 765 | 782 741 | 14 187 |

A população em geral, as entidades de cada região e a comunidade educativa em particular, estão cada vez mais envolvidas nesta dinâmica, independentemente do seu cariz, o que amplia de forma muito significativa o seu impacte final. A ligação das escolas às suas comunidades e, conseqüentemente, à população em geral está assim garantida, cumprindo-se o desiderato previsto.

Muito embora as ações desenvolvidas pelos docentes sejam diversas e distintas, o gráfico 1 exemplifica algumas das ações, com impacte nacional, desenvolvidas pelos docentes e acompanhadas por um ou mais elementos do GTEAS.



Seminário Nacional Eco Escolas
Dia do Galardão Eco Escolas



XXIII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental da ASPEA
Conferências Regionais Infanto-juvenil pelo Ambiente



Monitorização da costa de acordo com a solicitação das escolas
Seminário "Coastwatch" de Apresentação de Dados da Campanha
2016/2017 "Turismo sustentável no litoral"



Seminário Fantásticos da Natureza
Programa Antídoto Portugal



7º Festival Internacional de Observação de Aves de Sagres
Programa de anilhagem com escolas



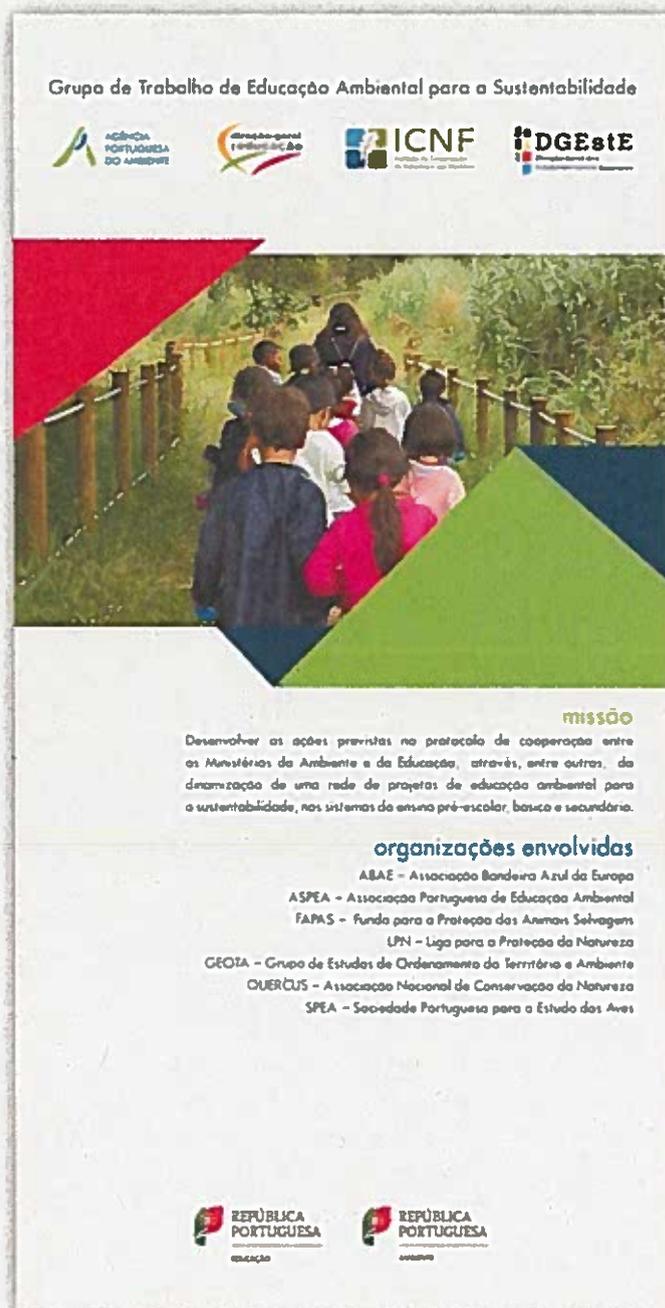
Noite Europeia dos morcegos;
XVII Jornadas da FAPAS



Seminário Biodiversidade e Educação – Um compromisso inadiável
Ciclo de seminários de Educação Ambiental "Que desafios e que trajetórias?"

Gráfico 1: Principais atividades acompanhadas pelo GTEAS

6.3.6. Exposição “Educação Ambiental para a Sustentabilidade”, trabalho da Rede de Docentes em Mobilidade



O GTEAS, através das instituições que o integram, como tem sido hábito, acompanhou e participou de uma forma ativa nas iniciativas dos docentes em mobilidade, ao abrigo do protocolo entre as tutelas da Educação e do Ambiente.

O acompanhamento concretizou-se sobretudo através de intervenções em seminários e outras iniciativas, nacionais relativas aos projetos que estes desenvolvem, e na colaboração na implementação dos referidos projetos.

No ano letivo 2016-17 cada docente, de acordo com o previsto no PAA do GTEAS, apresentou ao GTEAS o relatório sobre a execução

do seu Plano de Ação visando a respetiva avaliação.

A informação síntese coligida está presente numa exposição itinerante, promovida pelo GTEAS e que divulgará este relevante trabalho.

7 CONCLUSÕES

O esforço que tem sido colocado na prossecução dos objetivos do protocolo de cooperação e nos eixos de ação do GTEAS tem permitido salvaguardar os compromissos gerais assumidos.

As tutelas da Educação e do Ambiente, através dos seus organismos tutelados, têm reforçado o seu papel de referência, definindo conteúdos, reconhecendo novas abordagens e práticas inovadoras, bem como definindo bases e linhas estratégicas orientadoras de uma política nacional/agenda para a educação ambiental para a sustentabilidade. Tal tornou-se possível pela definição de uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental.

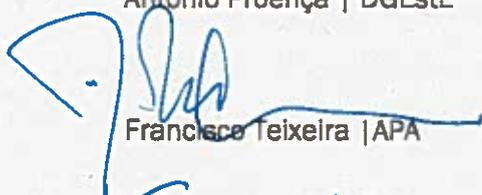
O Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, em fase de consulta pública, constituir-se-á também como um documento orientador para os docentes e de apoio à ação educativa na consciencialização da sociedade sobre a importância da Sustentabilidade.

Os diferentes agentes em Portugal (testemunho reforçado no processo participativo da ENEA 2020), quer públicos quer de iniciativa da sociedade civil, mantêm concordância na prioridade que deve ser atribuída à educação ambiental enquanto aprendizagem para uma forma de vida mais sustentável.

A EQUIPA DO GTEAS



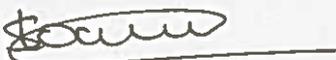
António Proença | DGEstE



Francisco Teixeira | APA



Isaura Vieira | DGE



Lurdes Soares | APA



Teresa Larsson | ICNF



Sílvia Castro | DGE